



Contemporânea

Contemporary Journal

Vol. 5 Nº. 2: p. 01-20, 2025

ISSN: 2447-0961

Artigo

EDUCAÇÃO INFANTIL, CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES E CULTURA INFANTIL: O CONTEXTO DAS FESTAS CULTURAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VILA VELHA (ES)

EARLY CHILDHOOD EDUCATION, RELIGIOUS SCIENCES AND CHILDREN'S CULTURE: THE CONTEXT OF CULTURAL FESTIVALS IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF VILA VELHA (ES)

EDUCACIÓN INFANTIL, CIENCIAS RELIGIOSAS Y CULTURA INFANTIL: EL CONTEXTO DE LAS FIESTAS CULTURALES EN LA RED EDUCATIVA MUNICIPAL DE VILA VELHA (ES)

DOI: 10.56083/RCV5N2-035

Receipt of originals: 01/03/2025

Acceptance for publication: 01/27/2025

Joana D'arc Rodrigues de Oliveira

Mestranda em Ciências das Religiões

Instituição: Faculdade Unida de Vitória (FUV)

Endereço: Vitória, Espírito Santo, Brasil

E-mail: joanaprof2015@hotmail.com

RESUMO: Esta pesquisa retrata sobre os fundamentos da Educação Infantil e das Ciências das Religiões no contexto das festas culturais da UMEI Professor Joaquim Alberto de Oliveira da Rede Municipal de Ensino de Vila Velha-ES, tendo como intuito a contribuição para com o debate sobre conceitos de infância e a presença da religiosidade no cotidiano escolar, assim como no currículo da Educação Infantil. O estudo teve como objetivo geral identificar o posicionamento dos/as professores/as da UMEI pesquisada, sobre as festas culturais garantidas no calendário escolar. A questão-problema foi: quais os posicionamentos dos/as professores/as sobre as festas culturais na UMEI? Teve como resultados da pesquisa: quando os/as professores/as foram questionados/as eles/as se consideram religiosos, obteve-se como resposta que 43,8% se consideram muito religiosos e dentro desse grupo 28,6% haviam respondido que raramente participam de atividades religiosas, 25% pouco religiosos, outros 25% não muito e apenas uma pessoa (6,3%) não se considera religioso de forma



alguma. O estudo revelou que 75% dos professores são cristãos, com ausência de adeptos de religiões Afro-Brasileiras ou Espíritas, e apenas 50% têm participação ativa em atividades religiosas. As recomendações incluem aproximar a família da escola, melhorar a comunicação, escuta qualificada, distinção entre religião e cultura, reuniões com pais para discussão das festas culturais, e considerar a diversidade religiosa ao planejar atividades escolares.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil, festa cultural, ciências das religiões, religiosidade.

ABSTRACT: This research portrays the foundations of Early Childhood Education and Religious Sciences in the context of cultural festivals at UMEI Professor Joaquim Alberto de Oliveira of the Municipal Education Network of Vila Velha-ES, with the aim of contributing to the debate on concepts of childhood and the presence of religiosity in everyday school life, as well as in the Early Childhood Education curriculum. The study had as its general objective to identify the position of the teachers of the UMEI researched, regarding the cultural festivals guaranteed in the school calendar. The problem question was: what are the positions of the teachers regarding the cultural festivals at UMEI? The results of the research had as follows: when the teachers were asked whether they consider themselves religious, the answer was that 43.8% consider themselves very religious and within this group 28.6% had answered that they rarely participate in religious activities, 25% are not very religious, another 25% not very religious and only one person (6.3%) does not consider themselves religious at all. The study revealed that 75% of teachers are Christians, with no followers of Afro-Brazilian or Spiritist religions, and only 50% actively participate in religious activities. Recommendations include bringing families closer to the school, improving communication, qualified listening, distinguishing between religion and culture, meetings with parents to discuss cultural festivals, and considering religious diversity when planning school activities.

KEYWORDS: early childhood education, cultural festival, religious sciences, religiosity.

RESUMEN: Esta investigación retrata los fundamentos de la Educación Infantil y las Ciencias Religiosas en el contexto de los festivales culturales de la UMEI Profesor Joaquim Alberto de Oliveira de la Red Municipal de Educación de Vila Velha-ES, con el objetivo de contribuir al debate sobre conceptos de infancia. y la presencia de la religiosidad en la vida escolar cotidiana, así como en el currículo de Educación Infantil. El objetivo general del estudio fue identificar la posición de los docentes de la UMEI investigada respecto a las fiestas culturales garantizadas en el calendario escolar. La



pregunta del problema fue: ¿cuáles son las posiciones de los docentes sobre los festivales culturales en la UMEI? Los resultados de la investigación fueron: cuando se preguntó a los docentes si se consideraban religiosos, la respuesta fue que el 43.8% se consideraba muy religioso y dentro de este grupo el 28.6% había respondido que rara vez participa en actividades religiosas, el 25% no es muy religioso, Otro 25% no es muy religioso y sólo una persona (6,3%) no se considera religiosa en absoluto. El estudio reveló que el 75% de los profesores son cristianos, sin seguidores de religiones afrobrasileñas o espiritistas, y sólo el 50% participa activamente en actividades religiosas. Las recomendaciones incluyen acercar a las familias a las escuelas, mejorar la comunicación, una escucha cualificada, distinguir entre religión y cultura, reuniones con los padres para hablar de festivales culturales y considerar la diversidad religiosa en la planificación de las actividades escolares.

PALABRAS CLAVE: educación infantil, festival cultural, ciencias religiosas, religiosidad.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1. Introdução

A Educação Infantil tem seus temas desenvolvidos com a intencionalidade comprometida com a escolarização, e, portanto, deve ser observada a partir do binômio indissociável cuidar/educar oferecendo à criança, experiências de infância, subsidiando os aspectos emocionais e afetivos para que possa vivenciar sentidos em seu cotidiano, de maneira autônoma, de tal modo que seja capaz de consolidar habilidades que a permitam realizar leituras de mundo.

A participação das manifestações culturais vivenciadas por meio das festas, o trabalho com crianças passou a fazer parte dos processos que representam aspectos elementares para o trabalho pedagógico e desenvolvimento delas. Dessa forma representativa, os aspectos pertinentes à prática religiosa naturalizada dos/as professores/as nas ações



desenvolvidas nos dias das festividades marcadas no calendário escolar, vigoram o fazer pedagógico das unidades de ensino.

O contexto histórico em que se coloca a Educação Infantil na sociedade brasileira sobre a temática da cultura e religiosidade, apresenta algumas resistências e intolerâncias, tomando, de certa forma, algum corpo a partir das festas culturais.

Mediante a essa questão, existe a necessidade de ampliação de reflexões e diálogos acerca da intolerância religiosa, tão presente no cotidiano da Educação Infantil. Nesse contexto, este estudo teve como ponto de partida, o diálogo entre Ciências das Religiões e a práxis da Educação Infantil, que se baseia em ensinar por meio de brincadeiras e festas culturais que se apresentam ricas em religiosidade.

Tais manifestações, são perceptíveis nas ações da escola, bem como o papel do/a professor/a no planejamento, execução e participação nas festividades, que por sua vez, oferece a opção de isentar a criança a participar dessas festas. O que legitima a exclusão de crianças no espaço escolar, onde é um espaço em que tem o direito de estar, mesmo quando a escola pública tem o dever de garantir a igualdade de todos, sem atos de exclusão e/ou discriminação.

No entanto, onde não se oferta a área do conhecimento do Ensino Religioso (na Educação Infantil), deve-se ter o cuidado e a análise adequada para com o planejamento de festas que tem em sua característica traços de religiosidade, o que é o caso das Festas Culturais, nome utilizado para representar, na atualidade, a Festa Junina, para que haja maior participação das crianças e das famílias.

Desse modo, mesmo que as crianças não apresentam uma opinião consolidada acerca desses fenômenos culturais, utilizou-se um estudo pautado nos referenciais teóricos que dialogam com a interpretação das Ciências das Religiões, o que possibilitou na compreensão de como ocorre a relação entre religião e Educação Infantil.



A escola pública, uma instituição social, deveria fazer cumprir o que propõe a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 (LDB), em seu artigo 33, no que diz respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, assegurando resultados significativos no alcance da inclusão de todos/as nas ações pedagógicas garantindo o pluralismo democrático.

Estudar o cotidiano da escola e as suas relações, é lançar-se em um território complexo, buscar diálogos que respondam as perguntas que surgem a partir da pesquisa almejada, que diz respeito às relações entre religiosidade festas culturais na escola como prática pedagógica inclusiva, nas instituições de ensino das escolas do Município de Vila Velha e que os achados na pesquisa, possam contribuir para que sejam alicerçadas no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta pesquisa foi imprescindível a utilização dos documentos curriculares da Educação Infantil, para que respalde o olhar voltado para os campos de experiências e direitos de aprendizagens, citados e problematizados na BNCC, a respeito do indivíduo como sujeito que convive em sociedade, enfocando valores como a ética e o respeito. Destacando que esses valores precisam ser revisitados no ambiente escolar, de forma que se possa contribuir significativamente para a formação do indivíduo desde a infância.

Com isto, vislumbra-se uma ótica voltado aos direitos de aprendizagem da criança problematizados na BNCC, onde se enfoca a ética, o respeito e valores que precisam ser reforçados e revisados que enfocam significativas relevâncias na prática do/a professor/a e no âmbito educacional, enquanto ações que visam as festas escolares na Educação Infantil.

O estudo teve como objetivo geral identificar o posicionamento dos/as professores/as da UMEI Professor Joaquim Alberto de Oliveira, sobre as festas culturais garantidas no calendário escolar e nos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades de ensino da rede municipal pesquisada. E, objetivos específicos: investigar sobre princípios e objetivos da Educação



Infantil trazendo o brincar como metodologia de ensino e aprendizagem; identificar Cultura e Religião na perspectiva dessa etapa de ensino, percorrendo brevemente sobre o histórico sobre as Ciências das Religiões no contexto desta etapa da educação básica; realizar pesquisa de campo junto aos/as professores/as da UMEI Professor Joaquim Alberto de Oliveira, de Educação Infantil no Município de Vila Velha (ES) acerca da temática: festas culturais e aspectos da religiosidade, por meio de questionário aplicado de forma *online*; e apresentar recomendações e sugestões sobre a temática para a instituição pesquisada.

2. Referencial Teórico

2.1 A Educação Infantil na Educação Brasileira

No Brasil, a Educação Infantil é fruto de processo sócio-histórico, permeado por movimentos pela creche e discussão do direito à educação, de forma igualitária em que o cuidar e o educar tivessem sentidos e significados independentes da classe social, a qual pertenciam os pais ou responsáveis das crianças. Nesse contexto, tem-se a discussão da identidade das creches e pré-escolas no país, pois se deu a partir do século XIX, em um momento histórico da construção das políticas de atendimento à infância. Com isso, o cuidar era voltado para a classe menos favorecida e o educar com a classe social mais alta.

Esse histórico, era marcado pela diferenciação das crianças em relação à classe social. O que para as crianças mais pobres o acesso estava vinculado às questões sociais que perpassam pela assistência social. Já para as das classes mais abastadas havia práticas escolares por meio do diálogo, em um processo de escolarização. Dessa forma, o currículo já era posto como ato político e de empoderamento para uma classe social, enquanto a outra era



desfavorecida. Além disso, ainda pior era as crianças cujas mães não trabalhavam fora, já que lhes era negado o acesso à educação formal.

Essa vinculação fazia com que houvesse um atendimento diferenciado entre as crianças das classes sociais, refletindo na fragmentação do cuidar e do educar. Sendo que o cuidar era compreendido em atividades voltadas ao corpo e destinada às crianças pobres, ou seja, a alimentação e higienização; e o educar com atividades voltadas ao desenvolvimento intelectual para as crianças dos grupos socialmente privilegiados.

Com a Educação Infantil afirma-se o direito à infância e a necessidade de criar espaços educativos, por meio da garantia do direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988 e o seu reconhecimento como primeira etapa da Educação Básica, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei 9.394/96. Assim, tem-se instituições que reconheçam a criança como sujeito de direitos, rompendo com qualquer forma de discriminação, fragmentação entre o cuidar e educar, que assegure o direito em vivenciar a infância na sua singularidade, sem promoção ou preparação para as etapas seguintes. Isso significa que na Educação Infantil não tem avaliação classificatória ou somativa para passar a criança de ano letivo, o avanço é automático, independente de nota.

Com a obrigatoriedade da Educação Infantil a partir de quatro (4) anos acarretou com a redução do número de vagas para a creche de 0 a 3 anos de idade, devido os municípios não terem, na época, construído unidades para esse atendimento. Outro fator que contribuiu para o fechamento de turmas foi a mudança da data de corte, como pode-se observar à frente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) vieram ao encontro do direito da criança à essa etapa dessa etapa de ensino, trouxe instrumentos normativos para o atendimento a ser oferecido nas creches e pré-escolas por todo o Brasil, seja pública ou privada. Inclusive na época um grande marco foi a data de corte ser única em todo território nacional.



Outro instrumento legal importante foi o Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive tornou-se uma referência para os movimentos sociais em torno da luta por creche, orientando mudanças no atendimento e na diferenciação, passando a Educação Infantil como direito de todas as crianças de forma igualitária. Essa legislação afirma o direito da criança à creche e pré-escola, ou seja, à Educação infantil, pois, antes só tinha acesso à criança de classe social alta para a educação e dos filhos/as de mães trabalhadoras para o cuidar.

Nesse ínterim, que as DCNEI foram essenciais para explicar princípios e orientações para os sistemas de ensino, bem como para os/as professores/as e profissionais da educação. Sendo que esses princípios configuram a necessária articulação de um currículo da infância, que possa ampliar as experiências das crianças, em seu processo de conhecimento e apropriação do mundo que a cerca, nas interações com diferentes tempos e espaços de aprendizagem que compõem essa etapa de ensino. Nesse sentido, considerando a Resolução nº 05/2009, que institui as DCNEI e contempla princípios orientadores que subsidiou a Base Nacional Comum Curricular. Assim, como a elaboração e sistematização das propostas curriculares dos Sistemas de Ensino, compreende que as interações e brincadeiras são os eixos norteadores dessa etapa do ensino.

Observa-se que o olhar da política educacional tem mudado, haja vista que coloca a criança no centro da atenção do planejamento curricular, colocando-a como protagonista no processo de ensino e aprendizagem. Isto porque até então, as crianças não eram consideradas no momento do planejamento e nem da execução, haja vista que o/a professor/a eram o centro das atenções pedagógicas. Dessa forma, somente nas duas últimas décadas que a criança tem sido vista e pensada como sujeito de direitos, inclusive de vez e voz, sendo considerada prioridade no processo educacional com relação ao cuidar e educar. Que nas interações, relações e práticas



cotidianas constrói sua identidade e é produtora de conhecimento – com sentido e significado – e de cultura.

Observa-se que os princípios éticos garantem que às crianças e orienta às instituições de Educação Infantil que o currículo deve atentar à manifestação do interesse desse sujeito de direitos, de forma a atender seus desejos e curiosidades nas práticas pedagógicas. Valorizando suas produções, sejam elas individuais ou coletivas. Trabalhando para que a criança adquira autonomia, seja nas brincadeiras, nas atividades pedagógicas ou nos cuidados com o eu em seu próprio corpo. Esse processo deve respeitar a individualidade por meio da singularidade e o coletivo, na construção das relações e fortalecimento da autoestima e os vínculos afetivos, respeitando as diferenças culturais.

Nesse princípio, as crianças, desde muito cedo, devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, com o objetivo de formar atitudes de solidariedade, aprender a identificar e combater preconceitos. De forma a “questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa”, existentes na sociedade e reproduzidas na relação das crianças com seus pares e entre os adultos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental pretende viabilizar a demanda feita pela LDB e Plano Nacional de Educação (PNE) como parâmetro de equidade, na tentativa de mitigar as grandes diferenças de oportunidades no processo educativo das crianças em suas regiões. De forma que haja uma proposta de currículo considerado básico em nível nacional na busca de equidade e redução das desigualdades curriculares no grande território continental.

Nesse contexto, a BNCC reitera a Educação Infantil com a concepção de criança no centro do processo educativo, considerando seus modos singulares e próprios de pensar, de sentir, de se expressar em um ambiente cultural, acolhedor e instigante, que permite que ela se aproprie de diferentes



práticas sociais e constituir sua identidade, assim como, sua subjetividade, na relação com o meio e com os outros, tendo a brincadeira um papel fundamental na consolidação das aprendizagens, inclusive é um dos direitos de aprendizagem.

Para proteger e garantir de forma efetiva os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças precisa-se considerar a interação no interior do ambiente escolar. Contribuindo para que elas possam socializar, brincar, participar, explorar, se expressar e se compreender. De forma a se conectar e aprender a conviver com as diferenças entre os indivíduos. Assim, “é preciso conviver com as pessoas, interagir com crianças e adultos, seja brincando, se divertindo, seja em qualquer tarefa do dia a dia, de formas diferentes”. Nesse contexto, observa-se que conviver e brincar são direitos de aprendizagens essenciais para as crianças.

Com isso, os objetivos da proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil devem vislumbrar a garantia do “acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”. Nessa perspectiva, o/a professor/a deve assumir o trabalho pedagógico com as crianças por meio de projeto, haja vista que é a possibilidade de organizar um currículo que tenha sentido e significativo, promovendo processos de pesquisa, oportunizando às crianças exercerem a crítica, problematizar conceitos, opinar, construir argumentos e refletir coletivamente sobre os processos de aprendizagem, significando os conteúdos relacionando-os aos contextos e interações vivenciadas em um movimento de apropriação de conhecimentos.

Nesse contexto, os projetos criam uma estratégia significativa, o que implica considerar o que as crianças já sabem, organizando um planejamento que possa ampliar e aprofundar os conhecimentos não simplificando ou compartimentalizando os saberes. Assim, de acordo com Kramer (1997):



Uma proposta pedagógica é um caminho, não um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta contém uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui; traz também as dificuldades que enfrenta, os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta.

As crianças são seres que, em suas ações e interações com os outros e com o mundo físico, constroem e se apropriam de conhecimentos. Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e as brincadeiras, experiências por meio das quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e brincadeiras entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. Por isso, torna-se essencial discutir sobre as brincadeiras na próxima seção.

2.2 Ciências das Religiões e Cultura Infantil

O campo de pesquisa das Ciências das Religiões é extenso e variado, haja vista que comporta religiões de todo o mundo em seus mais diversos estágios de desenvolvimento. Dessa forma, estuda-se a religião a partir da “mente humana, que não se revela em nada tão completamente como neles”.



Segundo Tiele Cornelis Petrus, o objetivo desse campo científico é “sujeitar a religião, como um fenômeno humano e, portanto, histórico e psicológico, a uma investigação sem preconceitos, a fim de verificar a forma como ela surge e cresce, quais são os seus elementos essenciais e, por fim, compreendê-la.”.

Nessa perspectiva, as Ciências das Religiões favorecem as práticas do respeito, do diálogo e da diversidade religiosa. O que contribui para uma educação de caráter transconfessional, incidindo na formação integral do ser humano. Por isso, deve “oportunizar o estudo dos saberes e conhecimentos religiosos na escola, sem proselitismo, possibilita o desenvolvimento de atitudes abertas e sensíveis em relação à alteridade”, por meio do diálogo-religioso, no respeito à liberdade de compreensão e pluralismo de ideias, vislumbrando a aprendizagem de direitos à liberdade de consciência e crença, garantindo os Direitos Humanos com viés religioso. Além disso, torna-se necessário que:

Para que seja efetivo, o diálogo exige real abertura e distanciamento de uma autossuficiência que obstrui a consciência de que cada religião é um “fragmento” em processo de crescimento e de afirmação. [...] No processo de abertura às outras tradições religiosas, surge uma “oportunidade maravilhosa” de aprofundamento das potencialidades e virtudes presentes na própria tradição, mas que escapam da vista de seus participantes.

Observa-se que o diálogo oportuniza aproximação entre as pessoas e elas com suas religiosidades. Ressaltando que os padrões de organização das habilidades na BNCC, os agrupamentos apresentados não podem ser considerados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos. Que, de acordo com Junqueira e Itoz,

A diversidade sociocultural do conhecimento religioso, dado no processo humano, passa a ser um dos componentes do currículo. A partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é norma que se trate academicamente, de forma didático-pedagógica, a



compreensão das manifestações religiosas e de suas contribuições para as sociedades humanas.

Nesse sentido, a diversidade sociocultural do conhecimento religioso que vislumbra no processo humano não pode deixar de ser considerada ao elaborar os currículos escolares, até porque ele deve ser retrato da comunidade escolar, deve expressar as manifestações religiosas e suas contribuições sociais.

Com isso, deve ser tarefa da educação religiosa mediar o conhecimento religioso por meio de pressupostos éticos e científicos, sem a prerrogativa de qualquer crença ou convicção. O que significa aproximar esses saberes considerando as diversidades culturais e tradições religiosas e ao mesmo tempo sem ignorar as filosofias seculares de vida.

Nessa mediação retoma-se as Ciências das Religiões, pois, “favorecem uma compreensão mais dinâmica e aberta sobre o objeto em questão, o fato religioso. Essa demarcação epistêmica permite que se abram sempre novas possibilidades analíticas sobre o objeto a ser conhecido”. Nesse sentido, vale trazer a clássica reflexão de Cornelis Petrus Tiele ao tratar sobre a compreensão do fenômeno religioso que vem de uma investigação sobre as manifestações da mente humana, isto é, atos, costumes e instituições que testemunham a crença do homem no sobre-humano, servindo para conduzi-lo em sua relação consigo.

Nesse domínio da ciência, a Educação Infantil se afirmar, pois é um dos pilares mais importante para a formação das crianças na sociedade, haja vista que é a primeira experiência que elas têm em um ambiente formal de aprendizagem. A partir desse contato educacional que as crianças começam a desenvolverem suas personalidades por meio de vivências, de várias formas, que contribuem para a experiência no decorrer do tempo.

Nessa circunstância, pesquisas ressaltam a importância da religião para o desenvolvimento humano, sendo considerada um fenômeno que se



encontra inserida na sociedade, orientando as pessoas a desenvolverem o intelecto, postura ética e o engajamento coletivo. Santos, contextualiza que o Ensino Religioso está presente na sociedade desde o período colonial e que a educação era embasada em três esferas, tais como: a escola, a sociedade política e econômica, e a igreja. Sendo que, a sua finalidade não é ensinar crenças, mas sim, valores e boa convivência na coletividade social. Santos, relata que durante a sua infância, que seus estudos religiosos foram inseridos na sua vida cotidiana; o que ainda acontece em muitas famílias até os dias de hoje.

Atualmente a(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) constituem a base epistemológica do componente curricular Ensino Religioso, que compreende o ambiente escolar como um espaço que possibilita a ampliação da visão de mundo das crianças, para a percepção sociocultural de quem ascende, e de quem descende, de quem é incluído/a, e de quem é excluído/a, no que se refere às questões religiosas. Esse ensino, como parte aplicada da área da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), implica fornecer embasamentos teóricos para refletir e combater atos de fanatismo, de doutrinação, de discriminação e de intolerância religiosa.

Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/1996, afirma que a educação brasileira é constituída por dois níveis, tais como: o Ensino Superior e Ensino Básico - no qual é formado por Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No artigo 29 e 33 desta Diretriz, encontra-se a finalidade e seus conceitos. A primeira etapa da Educação Básica, o Ensino Infantil, tem como objetivo desenvolver crianças de até 5 anos, em seus aspectos psicológicos, físico, social e psicológico, e complementando com ajuda da família.

Segundo Jacqueline Crepaldi, a formação humana proposta para as crianças ocorre por meio de interações e brincadeiras na Educação Infantil, na qual aborda os cuidados uns com os outros, mesmo não sendo obrigatório. Nas interações as crianças acabam revelando as suas dúvidas e



preocupações. Na Educação Infantil na rede pública não se trabalha com Ensino Religioso e nem somente com formação humana, pois a religiosidade fará parte desse desenvolvimento.

Wolfgang Gruen, citado por Souza, destaca os conceitos principais onde estudos sistemáticos sobre o Ensino Religioso tiveram um grande impacto na educação, como: O conceito de Ensino Religioso: um elemento educativo indispensável para os estudantes, independentemente de suas escolhas religiosas. Não se trata de ensinar uma religião, mas sim de educar para a "religiosidade"; Definição de religiosidade: comportamento dinâmico de abertura do indivíduo ao significado de sua vida. Não se trata apenas de "mais um comportamento ou função": a religiosidade é um aspecto profundo da existência humana. Conceito de religião: uma forma tangível da pessoa expressar sua religiosidade, geralmente em comunidade e com todas as adversidades históricas, transformações e manifestações culturais associadas, daí as várias religiões. Segundo Gruen, o objetivo principal do Ensino Religioso é auxiliar o estudante a construir existencialmente o questionamento religioso e a fornecer uma resposta comprometida para suas atitudes.

Com o desenvolvimento das Ciências da(s) Religião(ões), o crescente diálogo com outras áreas do conhecimento e componentes curriculares das Ciências Humanas e da Educação e, principalmente, com iniciativas legais e curriculares relativas ao Ensino Religioso não confessional no contexto da educação básica, este componente curricular passou a ser reconhecido como um espaço privilegiado de estudo do conjunto de conhecimentos religiosos constituintes da diversidade religiosa.

De modo geral, o Ensino Religioso tem sido considerado uma disciplina marginalizada por fazer parte do currículo escolar do Ensino Fundamental nas escolas públicas. Na maioria das vezes o Ensino Religioso não consegue avançar, haja vista que não vem sendo lecionado pelas perspectivas da Ciência da Religião. Com isso, vale refletir que tipo de referência que o Ensino



Religioso tem sido ministrado no mundo educacional, ou seja, se é por meio de modelo catequético, teológico ou de ciência da religião.

O modelo de Ciência da Religião apresentado pela autora Rosa, aponta que esse modelo foi desenvolvido por meios de discussões e pesquisas feitas a respeito do Ensino Religioso. Sendo que se constitui o Fórum Nacional de Ensino Religioso (FONAPER) no Brasil, em apresenta uma autonomia epistemológica no ensino, sendo visualizado na perspectiva de independência científica e adaptado para a realidade escolar.

Nessa perspectiva, a Educação Infantil é de suma importância, haja vista ser a primeira etapa do ensino para o desenvolvimento da criança, bem como das competências e habilidades que serão desenvolvidas ao longo do tempo.

Geertz conceitua a cultura como sendo um tema amplo e acaba tendo seu conceito reduzido. Para esse autor a cultura é “como uma ciência interpretativa, à procura de significado”. Que, nos argumentos de Abbagnano, constitui-se “os modos de vida criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para a outra, entre membros de determinada sociedade”. É objeto de discussão da Declaração dos Direitos da Criança, no princípio 7º ao afirmar que a educação deve ser capaz de promover sua cultura geral.

A educação infantil precisa construir situações que promovam oportunidades para que as crianças estabeleçam convívio com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, outros hábitos, técnicas e rituais de cuidado individual e coletivo, costumes, festas e histórias. Por meio dessas experiências, eles/as conseguem desenvolver a consciência de si e dos/as outros, reconhecer a própria identidade, respeitar os outros e valorizar as diferenças que nos caracterizam como seres humanos.

Pela mesma razão, trabalhar nas escolas com brincadeiras tradicionais é uma forma de preservação das tradições, uma recuperação de valores e princípios, um reconhecimento à cultura milenar e uma chance para as



crianças aprenderem novas formas de brincar, novos brinquedos e novos jogos que integram a cultura do nosso povo. Destaca-se que os jogos tradicionais associados aos conteúdos curriculares podem ser usados como estratégias e recursos metodológicos lúdicos que proporcionam às crianças várias oportunidades de aprendizagem e contribuem para a construção da identidade cultural.

Quando se trata da Educação Infantil, a inserção na cultura escrita precisa iniciar pelo conhecimento das crianças e pela curiosidade que elas permitem transparecer. As bagagens com literatura infantil, apresentadas por educadores que são mediadores entre os textos e as crianças, ajudam a desenvolver a aptidão pela leitura, incentiva a imaginação e ampliam o conhecimento sobre o mundo. As culturas e vozes das crianças são apropriações de outras vozes e culturas vividas com seus pares e com os grupos geracionais, em diversos contextos. Portanto, entende-se que “cultura infantil - são as produções, manifestações e regras destacadas nos grupos infantis, ou seja, consideramos como cultura infantil todas as produções das crianças. Em suma, cultura infantil é o processo de interação e socialização das relações infantis”.

Desse modo, o processo educativo incorpora uma abordagem holística, promove a conscientização sobre a pluralidade cultural do Nordeste brasileiro, bem como de outras regiões e corrobora com a formação integral e a construção da identidade cultural das crianças em formação.

Portanto, o envolvimento com a cultura de São João possibilita que as crianças em formação absorvam um conhecimento mais completo da sua realidade social. Dessa forma, esta abordagem educacional propicia a ampliação da compreensão do mundo e ajuda as crianças a se conectarem com suas raízes culturais e a entenderem o significado das tradições locais.

No âmbito local, o município de Vila Velha, realiza todo ano a tradicional festa junina, que em 2024, ocorreu no dia nove (9) de junho na Prainha, onde foi palco do Arraiá denominado Movimento Prainha Vive. O



evento trouxe o clima típico das festas juninas, forró e quadrilha, além de muitas comidas tradicionais. Em nível educacional, as unidades de ensino da rede municipal realizam anualmente eventos culturais, seja festa cultural, festa junina ou outras denominações que interligam o currículo à cultura e à comunidade local. Nesse sentido, no próximo capítulo discute-se sobre a festa cultural na UMEI Professor Joaquim Alberto de Oliveira, localizada no bairro Araças.

3. Metodologia

A metodologia empregada analisa a doutrina pertinente ao tema, com o intuito de construir um panorama completo e atualizado da questão. Através dessa análise, buscamos contribuir com sugestões e recomendações à unidade de ensino pesquisada, na perspectiva da manutenção das celebrações culturais e valorização da cultura local.

4. Resultados e Discussões

As festas culturais desempenham um papel significativo na educação infantil das escolas da rede municipal de Vila Velha (ES). Dentre as celebrações mais comuns, destacam-se as festas juninas, o carnaval, o Dia da Consciência Negra, a Páscoa e as festividades natalinas. Essas datas são amplamente celebradas como forma de valorizar a identidade cultural local e nacional, bem como de promover o engajamento das crianças no processo educacional de maneira lúdica e participativa.

As atividades relacionadas às festas culturais são geralmente inseridas no planejamento pedagógico das escolas, permitindo que os professores trabalhem temas como história, tradições e diversidade cultural de forma interdisciplinar. Essa abordagem potencializa o aprendizado infantil ao



conectar conteúdos curriculares às experiências concretas vividas nas celebrações.

As festas culturais são ferramentas pedagógicas poderosas para valorizar a diversidade cultural e religiosa. Em Vila Velha, essas celebrações têm sido usadas para reforçar o respeito às diferenças, oferecendo às crianças a oportunidade de aprender sobre tradições diferentes das suas. No entanto, também foram identificados desafios, como o cuidado para evitar a imposição de uma única visão religiosa ou cultural.

5. Conclusão

A participação nas festas culturais proporciona às crianças um sentimento de pertencimento e identidade cultural. Durante essas celebrações, as crianças têm a oportunidade de se envolver em atividades como danças típicas, brincadeiras tradicionais e representações teatrais, o que enriquece sua experiência educacional.

As festas culturais na educação infantil de Vila Velha (ES) são muito mais do que momentos de celebração. Elas representam oportunidades únicas para ensinar sobre cultura, religião e convivência em sociedade. Ao promover a diversidade e integrar a comunidade, essas festas contribuem para uma formação integral das crianças, preparando-as para uma sociedade plural e respeitosa.



Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 jun. 20124. p. 1.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. p. 20. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 18 jul. 2023.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. São Paulo: Guanabara Koogan, 1989.

JUNQUEIRA; ITOZ. In: SILVEIRA, Emerson Sena da; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o ensino fundamental*. Petrópolis: Vozes, 2020.

KRAMER, Sônia. Propostas pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. *Educação & Sociedade*, a XVIII, n. 60, dez., p. 15-35, 1997. p. 19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pW5Psf8rbv9fvxPNbR3LF9K/?format=pdf&lang=p>t. Acesso em: 12 jul. 2023.

ROSA, G. A. da. *Fundamentos das ciências da religião*. 2018. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16142/Lic_Ci%C3%AAncias-Religio_Fundamentos-da-ci%C3%AAncia-da-religi%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 jan. 2024.

SANTOS, G. A. *Ensino religioso na educação infantil: o que prevê a base nacional comum curricular*. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe; EduCapes, 2021.

SOUZA, J. C. Formação humana e o ensino religioso na educação. 2021. *Eccos – Revista Científica*. São Paulo. p. 3 - 4. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fe97bbcf2651e11edbe6e5141d3afd01c/formacao-humana-e-o-ensino-religioso.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

, Cornelis Petrus. Concepção, objetivo e método da Ciência da Religião. *Rever*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 217-228, set.-dez. 2018. p. 218-219.